

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 1, Número 1, Maio de 2012

Dossiê China

O “Autoritarismo em Rede”

Rebecca MacKinnon

A Batalha pela Internet

Xiao Qiang

O Abrupto Crescimento da Religião

Richard Madsen

Corrupção na Índia Uma Ameaça Persistente

Sumit Ganguly

A Turquia sob o AKP Os Direitos e as Liberdades estão Assegurados?

Berna Turam

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**



FUNDAÇÃO IFHC | CENTRO EDELSTEIN

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ASSESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Antonio Mitre

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Tania Quintaneiro

REVISÃO TÉCNICA

Rodrigo Brandão

Apresentação

Este é o primeiro número da edição em português do *Journal of Democracy*, periódico editado em inglês pelo *National Endowment for Democracy*. Publicaremos duas edições por ano, somente em versão eletrônica. O objetivo é oferecer artigos de muito boa qualidade, escritos em linguagem não acadêmica, sobre processos políticos e sociais que afetam a democracia e a dinâmica do sistema internacional. Trata-se de mais uma iniciativa do projeto Plataforma Democrática, que a Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso e o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais conduzem desde 2008, com o propósito de fortalecer a cultura e as instituições democráticas por meio do debate de ideias.

Esta edição traz cinco artigos. Dois deles se referem aos usos políticos da Internet na China. É sabido que o governo chinês exerce controle sobre a difusão de informações e mensagens tidas como politicamente perigosas à estabilidade do regime. Sabe-se igualmente que a Internet é um dos ambientes em que esse controle se exerce. No entanto, nossos conhecimentos sobre o tema em geral terminam por aí. “O ‘Autoritarismo em Rede’ na China”, de Rebecca MacKinnon, e “A Batalha pela Internet na China”, de Xiao Qiang, da Universidade da Califórnia em Berkley, ampliam-nos a visão sobre o assunto. Os autores revelam não apenas como o controle se exerce no “autoritarismo em rede”, mas também como e em que medida, em meio à “batalha pela Internet”, abrem-se espaços de participação e contestação política na China. Qiang argumenta que a Internet está mudando as relações entre Estado e Sociedade naquele país. Relativamente otimista, aponta a “emergência de um padrão de opinião pública e de participação cidadã que representa uma mudança de poder na sociedade chinesa”. Já MacKinnon põe ênfase na capacidade que as autoridades chinesas têm de produzir e moldar as informações que circulam na Internet, de modo a favorecer a con-

tinuidade do regime: “o sistema não controla todo o povo durante todo o tempo, mas ele é eficiente o suficiente para que mesmo os chineses melhores e mais brilhantes não se deem conta da extensão na qual sua compreensão de seu próprio país – para não mencionar o mundo no sentido mais amplo – está sendo iludida e manipulada”.

O pequeno “dossiê” sobre a China traz ainda o artigo de Richard Madsen, da Universidade da Califórnia em San Diego, que aborda o fracasso da política de completa secularização da sociedade chinesa, primeiro pela coerção, durante os anos da Revolução Cultural, e depois, pela difusão da educação científica, desde o início das reformas de Deng Xiaoping. Madsen discute até que ponto o Cristianismo, o Islamismo e o Budismo Tibetano constituem ameaças ao domínio do Partido Comunista Chinês, e como este percebe (e reage à) essa ameaça. Cada qual de seu ângulo, os três artigos relativos à China nos oferecem informações e perspectivas novas para entender a dinâmica política e social neste que é o maior poder emergente na cena internacional.

Completam esta primeira edição dois artigos sobre outras potências emergentes, que vêm passando por transformações sociais e políticas intensas nos últimos anos. Berna Turam, professora da Universidade de Northeastern em Boston, nascida e educada na Turquia, escreve sobre as tensões internas do “modelo turco”, que desde a eleição do Partido da Justiça e do Desenvolvimento em 2002, vem combinando modernização e crescimento econômicos com democracia e pluralismo, sob a liderança de um partido de orientação islâmica. Sumit Ganguly, por sua vez, intelectual de origem indiana, põe foco sobre o movimento anticorrupção desencadeado na Índia pela greve de fome do ativista Kisan Baburao “Anna” Hazare, no primeiro semestre de 2011. Ambos os autores colocam em xeque visões simplistas sobre os assuntos abordados.

Em “A Turquia sob o AKP: os direitos e as liberdades estão assegurados?”, Turam analisa os perigos que a hegemonia do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP, na sigla em turco) acarreta para a democracia e sugere ser precipitada a conclusão de que na Turquia se alcançou uma fórmula estável de convivência entre maioria social

e política islâmica, estado laico, democracia e pluralismo. Os perigos estariam não apenas das tentações hegemônicas do AKP, nos planos da política e da cultura, mas também da ausência de firmes convicções democráticas nas principais forças de oposição, ainda presas à tradição de autoritarismo laico que marcou profundamente o país ao longo do século XX.

Ganguly aponta os riscos que a corrupção endêmica coloca para o regime democrático na Índia, a despeito da existência de instituições concebidas para identificar e punir práticas corruptas entre agentes públicos e privados. Por isso, o autor ressalta os aspectos positivos da mobilização social em favor da criação de um órgão anticorrupção independente do governo, com vastos poderes para agir, inclusive a partir de denúncias diretas de população. Por outro lado, não lhe escapa os riscos de tal órgão responder “ao apetite por remédios extrassistêmicos (e talvez até antissistêmicos)”, desencadeando dinâmicas que enfraqueceriam, ao invés de fortalecer, as instituições e a cultura democráticas na Índia. A chamada “Jan Lockpal Bill”, também conhecida como a “Lei do Ombudsman do Cidadão”, continua a mobilizar corações e mentes no governo, no parlamento e na sociedade daquele país.

Os cinco artigos que compõem este número, embora se refiram a realidades nacionais específicas, lidam com questões – as relações entre poder, comunicação e Internet, entre religião e política, entre estado laico e democracia, etc – que transcendem fronteiras nacionais e se colocam no centro da reflexão sobre a democracia no mundo contemporâneo. E o fazem com alta qualidade acadêmica, em linguagem não cifrada, a partir de ângulos diferentes, de modo a permitir ao leitor uma compreensão mais ampla e matizada sobre os principais desafios da e à democracia na época em que vivemos.

Marca-se, assim, desde o início, a linha editorial que seguiremos nas edições do *Journal of Democracy* em Português.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores de Plataforma Democrática

Dossiê China

O “AUTORITARISMO EM REDE” NA CHINA*

Rebecca MacKinnon

Rebecca MacKinnon é pesquisadora sênior Bernard L. Schwartz na New America Foundation. É cofundadora da Global Voices Online (www.globalvoicesonline.org), uma rede global de comunicação cidadã. Este ensaio foi escrito com base no testemunho que ela apresentou à Comissão Executiva dos Congressistas Norte-americanos sobre a China (www.cecc.gov) em 24 de março de 2010.

Para marcar o vigésimo aniversário da queda do Muro de Berlim, uma organização germânica de artes lançou um *website* chamado “Muro de Berlim do Twitter”. Qualquer um, de qualquer lugar, por meio da Internet, poderia usar o Twitter para postar um comentário em balões de discussão. Poucos dias depois de seu lançamento, o *website* transbordava de mensagens em chinês. Em lugar de mencionar o fim da Guerra Fria e a queda do comunismo na Europa, os usuários chineses do Twitter acessaram o *site* para protestar contra a censura de seu próprio governo à Internet. Um deles escreveu: “Minhas desculpas ao povo alemão um milhão de vezes (por ter tomado este *site*). Mas eu penso que, se o povo alemão aprender sobre a nossa situação, eles se compadeceriam por nós um milhão de vezes”. O Twitter está bloqueado na China. Mas uma comunidade crescente está tão determinada a ter acesso ao serviço de conversas sem censura mais amplamente utilizado mundialmente que esses usuários chineses da Internet adquiriram

*Publicado originalmente como “Liberation Technology – Chinas’s ‘Networked Authoritarianism’”, *Journal of Democracy*, Volume 22, Número 2, Abril de 2011 © 2011 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

a habilidade técnica de contornar esse sistema de censura – amplamente conhecido como “o grande Firewall da China”, um sistema de filtragem que bloqueia *websites* nas conexões domésticas da Internet.

Em finais de janeiro de 2010, a secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton – que, dois meses antes, tinha visitado o Portão de Brandenburgo, em Berlim, juntamente com outros líderes mundiais, para celebrar o vigésimo aniversário da queda do Muro – fez um discurso de 45 minutos sobre “liberdade na Internet”. Ela expôs claramente como uma Internet global única, livre e aberta é um pré-requisito essencial da liberdade e da democracia no século XXI. “Uma nova cortina de informação está se fechando ao redor da maior parte do mundo”, ela alertou. “E, para além dessa divisão, vídeos virais e postagens em *blog* estão se tornando o *samizdat* de nossos dias”¹.

Mas podemos partir da suposição de que o autoritarismo chinês se desmoronará do mesmo modo que a Cortina de Ferro se desfez há duas décadas? É ingênuo supor que a Internet levará a uma rápida democratização na China ou em outros regimes repressivos. Existem questões difíceis de política governamental e de responsabilidades de empresas que devem ser resolvidas a fim de se assegurar que a Internet e as tecnologias móveis possam realizar seu potencial de apoio à liberação e ao empoderamento.

Quando um regime autoritário adota e se ajusta às mudanças inevitáveis trazidas pelas comunicações digitais, o resultado é o que eu chamo de “autoritarismo em rede”. No Estado autoritário em rede, o partido único no poder se mantém no controle enquanto um amplo espectro de conversações a respeito dos problemas do país ocorre nos *websites* e nos serviços de redes sociais. O governo acompanha essas conversações *on-line*, e às vezes as pessoas conseguem usar a Internet para chamar a atenção para os problemas sociais ou as injustiças, e ainda provocar certo impacto sobre as políticas do governo. Em consequência disso, o usuário médio da Internet ou com acesso móvel passa a ter um sentimento muito maior de liberdade – e pode vir a sentir que

possui a capacidade de falar e de ser ouvido – de formas que não eram possíveis sob o autoritarismo clássico. Ao mesmo tempo, no Estado autoritário em rede, não existem garantias de direitos e liberdades individuais. Aqueles que são vistos pelos governantes como ameaças são presos; eleições realmente competitivas, livres e justas não acontecem; e as cortes e o sistema legal são ferramentas do partido do governo.

Como residentes em uma sociedade autoritária em rede, os mais de quatrocentos milhões de usuários chineses da Internet estão conseguindo se divertir mais, se sentir mais livres e ser menos temerosos em relação a seu governo do que o foram há poucas décadas. Ao mesmo tempo, no entanto, o governo continua a monitorar seus cidadãos e a censurar e a manipular as conversas *on-line* em tal grau que ninguém foi capaz de organizar um movimento oposicionista viável. De acordo com a Fundação Dui Hua – uma organização de defesa dos direitos humanos –, em 2008, detenções e julgamentos sob a acusação de “ameaça à segurança do Estado” – a acusação mais comum usada nos casos de dissidentes políticos, religiosos ou étnicos – mais que dobrou, pela segunda vez, em três anos². O cidadão chinês médio, no entanto, raramente ouve falar de tais tendências – uma “lacuna de informação” que torna muito menos provável que a massa crítica venha a perceber a necessidade de uma rápida mudança política. O sistema não controla todo o povo durante todo o tempo, mas ele é eficiente o bastante para que mesmo os melhores e mais brilhantes chineses não se deem conta da extensão na qual sua compreensão de seu próprio país – para não mencionar o mundo no sentido mais amplo – está sendo iludida e manipulada. Todos os estudantes universitários da capital chinesa possuem acesso à Internet de alta velocidade. Mas, recentemente, quando uma equipe de documentaristas da televisão pública dos Estados Unidos chegou ao *campus* da Universidade de Pequim e mostrou aos estudantes a fotografia ícone de 1989 – de um homem em pé diante de um tanque na Praça Tiananmen –, a maior parte deles não foi capaz de reconhecer a foto.

A experiência chinesa nos ensina uma lição globalmente válida: ativistas independentes e movimentos pró-democracia podem ter vencido algumas escaramuças anteriores com a censura, mas não se pode supor que seus adversários permanecerão frágeis e inábeis na navegação e manipulação das redes de comunicação digital. De fato, governos e outros poderes ameaçados pelos insurgentes digitais estão aprendendo rapidamente e distribuindo recursos sem precedentes na construção de sua capacidade de influenciar e de moldar, de formas diretas e indiretas, as redes de comunicações digitais. Como Larry Diamond afirmou: “Não é a tecnologia, mas pessoas, organizações e governos que determinarão quem irá prevalecer”³.

No discurso público a respeito da Internet e dos governos representativos, os políticos e os ativistas ocidentais usam com frequência a metáfora do período da Guerra Fria de formas similares à comparação feita por Clinton entre os *blogs* e o *samizdat* da era soviética. Tais metáforas são mais fortes no discurso político sobre o Grande Firewall chinês. O estudioso de comunicação Lokman Tsui, residente em Hong Kong, tem criticado essas lentes da “Cortina de Ferro 2.0” por meio das quais muitos no Ocidente procuram entender a relação entre o governo chinês e a Internet. “As estratégias para romper o grande Firewall”, ele escreve, “estão baseadas na crença de que a Internet é um Cavalo de Tróia (outra metáfora!) que vai acabar por desemponderar o Estado chinês a partir de dentro e derrubar o governo autoritário, como os bárbaros, em outros tempos, fizeram na China, e como a radiodifusão internacional fez em relação ao fim do comunismo na Guerra Fria”. Tsui argumenta que, para a compreensão do impacto da Internet sobre a política chinesa, esse ângulo de análise não é consistente com o volume crescente de pesquisa empírica e, portanto, resultará, provavelmente, em políticas e estratégias de ação fracassadas⁴.

Guobin Yang, que começou a pesquisar o discurso *on-line* chinês antes mesmo que a Internet começasse a se tornar comercialmente disponível na China em 1995, concluiu que, apesar da crescente sofisticação

do sistema chinês de censura e de vigilância, a Internet chinesa é, de todo modo, um lugar altamente “contencioso”, onde o debate é intenso, apaixonado e também lúdico. Após analisar numerosos casos nos quais os usuários da Internet chinesa foram bem-sucedidos em chamar a atenção nacional para injustiças ou conseguiram provocar mudanças genuínas nas políticas do governo local ou no comportamento oficial, Yang argumenta que a Internet tem promovido uma “revolução social, devido a pessoas comuns assumirem um papel sem precedentes como agentes da mudança, e porque novas formações sociais estão entre seus resultados mais profundos”⁵. Note-se que a revolução que ele descreve está sendo travada principalmente pelo povo chinês que publica e acessa informação nos *websites* e nos serviços operados por empresas chinesas – em outras palavras, agindo no interior do grande Firewall.

Ao examinar o uso das tecnologias de informação e de comunicações (TICs) por parte das classes trabalhadoras chinesas “menos favorecidas”, Jack Linchuan Qiu documenta como o uso da Internet e dos telefones celulares se difundiu entre os “estratos baixos” da sociedade chinesa. Esse processo tem dado origem a uma nova “sociedade da classe trabalhadora em rede” que forneceu às pessoas menos favorecidas da China mecanismos de mobilidade, empoderamento e melhorias pessoais. Mesmo assim, ele também descreve como a “classe trabalhadora TICs” fornece novas alavancas para que o governo e as corporações organizem e controlem o “trabalho programável”. Embora os trabalhadores chineses sejam capazes de usar as tecnologias de Internet e telefones celulares para organizar greves e compartilhar informações a respeito das condições das fábricas em diferentes partes do país, Qiu conclui que “as classes trabalhadoras TICs não constituem por si mesmas uma condição suficiente para um empoderamento cultural e político”⁶.

Pode o Ativismo *On-line* Ajudar os Autoritários?

Em seu livro *Technological Empowerment: The Internet, State, and Society in China*, Yongnian Zheng observa que o sucesso ou o

fracasso do ativismo *on-line* na China depende de seu escopo e foco, e que algum ativismo *on-line* – particularmente aquele que se dá em nível local ou que visa alguma questão política específica sobre a qual existam divisões ou lutas por espaço entre diferentes partes do governo – pode de fato servir para apoiar a legitimidade do regime. Os movimentos *on-line* menos bem-sucedidos tendem a ser aqueles que defendem várias formas de “saída” política, incluindo convocações para o fim do governo de partido único do Partido Comunista Chinês (PCC) e uma maior autonomia ou independência para grupos étnicos ou religiosos específicos. “Quando o regime é desafiado por ameaças”, escreve Zheng, “é provável que os de linha branda e os de linha dura se coloquem do mesmo lado e combatam os desafiantes”. Por outro lado, movimentos *on-line* bem-sucedidos na China são comumente caracterizados pelo que Zheng (seguindo Albert O. Hirschman) denomina opção “voz”, ou que outros cientistas políticos chamam de “opção cooperativa”. Tais insurgências *on-line* proveem, de fato, munição para os líderes reformistas ou para os burocratas liberais locais em suas lutas pelo poder contra os colegas conservadores de linha dura. O ativismo do tipo “voz” ajuda a reduzir os riscos políticos dos funcionários reformistas, que podem apontar os sentimentos *on-line* e argumentar que, sem ação ou sem mudanças políticas, existirão mais inquietação e insatisfação públicas⁷.

Portanto, níveis crescentes de ativismo *on-line* na China não podem ser interpretados automaticamente como sinal de uma iminente democratização. Devemos examinar que tipo de ativismo *on-line* está sendo bem-sucedido e que tipo está fracassando. Se o ativismo do tipo “voz” está acontecendo na maior parte do tempo, enquanto o ativismo do tipo “saída” está sendo sistematicamente asfixiado e esmagado – graças aos altos níveis de censura e vigilância sistemática, além da falta de um judiciário independente ou imparcial –, pode-se concluir que o PCC se adaptou à Internet com sucesso muito maior do que a maioria dos observadores ocidentais pressupõe. A mentalidade da Cortina de Ferro 2.0 – criticada por Tsui – pode ter cegado

muitos políticos ocidentais, ativistas de direitos humanos e jornalistas sobre o que está acontecendo de fato na China. Em 2005, o colunista do *New York Times* Nicholas Kristof escreveu sem titubear: “é a própria liderança chinesa quem está cavando a cova do Partido Comunista, oferecendo ao povo chinês a banda larga”⁸. A análise de Zheng, no entanto, sustenta a conclusão oposta: a Internet pode, na verdade, prolongar o domínio do PCC, insuflando seu poder doméstico e sua legitimidade, enquanto o regime não implementa qualquer reforma política ou legal significativa.

O discurso e a deliberação sobre políticas públicas não são traços exclusivos das democracias. Cientistas políticos têm identificado diversas ocorrências de discurso público e de deliberação em uma série de Estados autoritários. Em 2008, Baogang He e Mark Warren cunharam o termo “deliberação autoritária” para explicar de que modo o regime autoritário chinês usa “vias deliberativas” para apoiar a legitimidade do regime. Embora seja possível que a deliberação que vem ocorrendo agora no interior do autoritarismo chinês possa trazer uma eventual democratização, Baogang He e Warren acreditam que essa é apenas uma de duas possibilidades. A outra é que as práticas deliberativas adotadas pelo Estado possam estabilizar e estender o governo autoritário do PCC⁹.

Min Jiang aplica o conceito de deliberação autoritária especificamente ao ciberespaço chinês, identificando quatro tipos principais de espaços deliberativos: 1) “espaços de propaganda central”, o que significa *websites* e fóruns criados e operados diretamente pelo governo; 2) “espaços comerciais regulados pelo governo”, o que significa *websites* e outras plataformas digitais que pertencem e são operadas por empresas privadas, mas que estão sujeitas à regulamentação do governo, incluindo exigências elaboradas para a censura de conteúdos e a vigilância do usuário; 3) “espaços cívicos emergentes”, o que significa *websites* dirigidos por organizações não governamentais e não comerciais, os quais são censurados menos sistematicamente do que os espaços comerciais, mas que, de toda maneira, estão sujeitos a

exigências de registro assim como à intimidação, ao fechamento ou à prisão quando seus autores cruzam os limites ou quando os administradores falham em controlar as conversações da comunidade, e 4) “espaços deliberativos internacionais”, o que significa *websites* e serviços que são hospedados fora da jurisdição do governo chinês – alguns dos quais são bloqueados e requerem ferramentas para driblar barreiras eletrônicas e, assim, poderem ser acessados –, onde podem ser encontrados os conteúdos e as conversações não permitidos nos *websites* domésticos e onde usuários chineses da Internet, de mentalidade mais internacionalizada, buscam empreender conversas com um público global mais amplo.

É importante observar que o Grande Firewall foi pensado para controlar apenas a quarta categoria de espaço deliberativo, aquele que é situado fora da China. São as duas primeiras categorias, como aponta Jiang, que ainda provocam maior impacto sobre a opinião pública chinesa. O Estado usa meios de controle muito mais diretos e proativos para controlar os três primeiros espaços deliberativos, todos os quais operam no interior da jurisdição do governo chinês. Conteúdo indesejável ou “sensível” ou é apagado da Internet como um todo ou sua publicação é bloqueada¹⁰.

A Web como um Sistema Hidráulico

O pesquisador chinês Li Yonggang sugeriu que, ao invés de se usar uma metáfora de “firewall”, é mais útil pensar os controles da Internet chinesa – os quais incluem não apenas a censura, mas a vigilância e a manipulação da informação – como algo parecido a um gerenciamento das águas de um sistema hidroelétrico. Os gerentes têm tanto uma rotina, quanto objetivos relacionados à administração de crises: lidando diariamente com os fluxos e a distribuição, de um lado, e com secas e enchentes, de outro. É um sistema grande, complexo, com muitas partes móveis, e manejá-lo requer flexibilidade. É impossível ao governo central possuir o controle total sobre cada detalhe do nível ou da pressão a todo

momento. Os administradores do sistema aprendem e inovam enquanto atuam¹¹.

Declarações recentes do governo chinês revelam que, assim como a água, a Internet é vista como algo simultaneamente vital e perigoso. De acordo com o documento do governo de 2010 “A Internet na China”, a rápida expansão da Internet por todo o país e a penetração de dispositivos móveis são uma prioridade estratégica. A Internet é vista como indispensável à educação, à redução da pobreza e à eficiente transmissão de informação e de serviços ao público. O desenvolvimento de uma Internet vibrante e de um setor de telecomunicações próprios são também considerados críticos para a competitividade econômica global de longo prazo da China¹². No nível global, a Internet está evoluindo rapidamente, afastando-se dos computadores pessoais e indo em direção aos dispositivos móveis, aparelhos e veículos, tendo a África e o Oriente Médio a taxa de crescimento mais rápido no uso da Internet e de telefones celulares. A estratégia do governo chinês é que as empresas do país liderem a inovação da Internet móvel, particularmente no mundo em desenvolvimento. Em 2010, o *premier* Wen Jiabao falou em diferentes ocasiões sobre a importância da “Internet das coisas”, estimulando avanços por parte de empresas chinesas no que o governo chamou de indústria estratégica¹³.

Embora o governo tenha controle direto sobre os *websites* administrados pela mídia estatal, assim como sobre os seus próprios *websites* nacionais e de nível provincial e local, a maior parte da Internet chinesa é, de longe, controlada pelo setor privado (ou pelos “espaços comerciais regulamentados pelo governo”, conforme a taxonomia de Min Jiang sobre os espaços digitais deliberativos chineses). O autoritarismo chinês em rede não pode operar sem a cooperação ativa das empresas privadas – independentemente da origem de seu financiamento ou de onde sua matriz está instalada. Todos os anos, um grupo de executivos chineses da Internet é escolhido para receber o “Prêmio de Autodisciplina na Internet da

China”, conferido pelo governo com vistas ao “desenvolvimento harmonioso e saudável da Internet”.

Na linguagem legal anglo-europeia, o mecanismo legal usado para implementar o sistema de “autodisciplina” é uma “responsabilidade intermediária”. É o mecanismo pelo qual o Google chinês, Google.cn, tinha de censurar a si mesmo até que o Google redirecionou seu sistema chinês de busca simplificado para Hong Kong. Todas as empresas de Internet – domésticas ou estrangeiras – que operam sob a jurisdição chinesa são consideradas responsáveis por tudo o que aparece em suas ferramentas de busca, plataformas de *blogs* e serviços de redes sociais. Elas também são legalmente responsáveis por tudo o que seus usuários discutem ou organizam por meio de *chats* e de serviços de mensagens. Dessa forma, o governo delega muitas tarefas de censura e de vigilância às empresas privadas, as quais enfrentam suspensão de licenças e fechamento obrigatório caso deixem de cumprir sua parte. Cada uma das grandes empresas de Internet na China possui um departamento especial cheio de funcionários cuja única tarefa é policiar os usuários e censurar os conteúdos.

Em 2008, realizei um estudo comparativo que examinou de que modo quinze diferentes serviços chineses de hospedagem de *blogs* censuravam os conteúdos criados por seus usuários. O teste revelou que cada empresa usava métodos e abordagens ligeiramente diferentes em suas censuras. O conteúdo específico censurado também variava de um serviço a outro. Em vários testes, quando tentei postar material politicamente sensível, tais como um artigo a respeito dos pais de estudantes mortos na Praça Tiananmen ou sobre um distúrbio recente em uma vila remota no oeste da China, o *software* interno do *site* bloqueou totalmente a publicação da postagem. Outras postagens puderam ser gravadas como rascunhos, mas ficavam “aguardando pelo moderador”, até que um funcionário da empresa pudesse tomar uma decisão a respeito de autorizar ou não a publicação. Outras postagens simplesmente desapareceram depois de algumas horas de sua publicação.

Levantando o Véu

Em junho de 2010, um relatório que fornecia aos usuários da Internet uma espiada por trás do véu de mistério em torno da cumplicidade corporativa na censura da Internet chinesa apareceu por umas poucas horas no popular *website* chinês Sina.com antes de, ironicamente, ser censurado. Ele citava Chen Tong, editor do serviço de *microblogs* do Sina, similar ao Twitter, que descreveu o sistema de censura de sua empresa com certo detalhamento: policiamento 24 horas, coordenação constante entre o departamento editorial e o “departamento de monitoramento”, reuniões diárias para discutir as últimas ordens do governo com as listas de novos tópicos e palavras sensíveis que deveriam ser monitorados ou apagados – dependendo do nível de sensibilidade – e, finalmente, sistemas por meio dos quais tanto editores, quanto usuários relatam conteúdos problemáticos e os levam à consideração dos censores da empresa¹⁴. Em abril de 2009, um funcionário da Baidu – a mais importante ferramenta de busca da China, que também funciona para serviços de conteúdos gerados pelos usuários – vazou um conjunto de documentos detalhados da empresa sobre o departamento de monitoramento interno e de censura que confirmavam a reputação amplamente estabelecida da companhia como uma líder não apenas em ferramenta de busca e em serviços *on-line*, mas também na censura, tanto de resultados da ferramenta de busca como de conteúdos gerados pelos usuários. Os documentos incluíam o guia da censura, listas de tópicos específicos e de palavras a serem censuradas, orientações sobre como buscar informações que deveriam ser apagadas, bloqueadas ou banidas, e outras informações internas de novembro de 2008 a março de 2009¹⁵.

Em seus esforços para lidar com o que os chineses podem aprender, discutir e organizar *on-line*, o governo utiliza também uma série de outras táticas. Elas incluem:

Ataques cibernéticos: Os ataques cibernéticos sofisticados, de padrão militar lançados contra o Google em finais de 2009

foram dirigidos especificamente às contas do Gmail de ativistas de direitos humanos que eram da China ou que trabalhavam em questões relacionadas a ela. *Websites* gerenciados por exilados chineses, dissidentes e defensores dos direitos humanos (a maior parte dos quais sem treinamento ou recursos para se proteger) foram as vítimas dos ataques cibernéticos crescentemente agressivos dos últimos anos – em alguns casos, comprometendo as redes de computadores e as contas de *e-mails* dos ativistas. Jornalistas nacionais e estrangeiros que abordaram questões politicamente sensíveis e acadêmicos cujas pesquisas incluíam problemas de direitos humanos viram-se sob agressivo ataque na China, com pressões para que expusessem suas fontes, tornando muito mais arriscado trabalhar em tópicos politicamente sensíveis.

Dispositivos e controles de rede: Em maio de 2009, o Ministério da Indústria e da Tecnologia da Informação (MITI) determinou que, a partir de 1º de julho daquele ano, um *software* específico chamado Acompanhante da Juventude Barreira Verde (em inglês, *Green Dam Youth Escort*) seria instalado em todos os computadores vendidos na China. Embora o Barreira Verde se preocupasse ostensivamente em proteger as crianças contra conteúdos inadequados, os pesquisadores de fora e de dentro da China descobriram rapidamente que ele não apenas censurava conteúdos políticos e religiosos, mas também registrava as atividades dos usuários e as enviava a um servidor central da companhia que desenvolvera o programa. O *software* tinha outros problemas que desencadearam oposição a ele entre as empresas norte-americanas. Ele continha sérias falhas de programação que aumentavam a vulnerabilidade dos usuários a ataques cibernéticos. Ele também violava direitos de propriedade intelectual de uma empresa norte-americana de produtos de filtragem. Em face da oposição uníssona da indústria de computadores dos Estados Unidos e dos fortes protestos do governo norte-americano, o MITI voltou atrás

na véspera da data limite da instalação do Barreira Verde, tornando-a voluntária, ao invés de mandatária.

A derrota do Barreira Verde, no entanto, não diminuiu outros esforços para controlar e acompanhar o comportamento dos usuários da Internet em níveis mais localizados – escolas, universidades, conjuntos de apartamentos e provedores de serviços de Internet (em inglês, *Internet Service Providers* – ISPs) por toda a cidade. Em setembro de 2009, circularam novos relatos de que os governos locais estavam obrigando o uso de produtos de censura e vigilância com nomes tais como “Escudo Azul” e “Huadun”. O propósito desses produtos parecia similar ao do Barreira Verde, embora eles não envolvessem nem o usuário final, nem empresas estrangeiras¹⁶. Diferentemente do Barreira Verde, a implementação de tais sistemas recebeu pouca atenção da imprensa estrangeira, de governos ou de grupos de direitos humanos.

Controles de denominação de domínios: Em dezembro de 2009, o Centro de Informação de Rede de Internet da China (CIRIC), ligado ao governo, anunciou que não mais permitiria que indivíduos registrassem domínios na China com nomes que terminassem em “.cn”. Somente seria permitido a empresas ou organizações usar o domínio .cn. Enquanto as autoridades justificaram tal medida como uma estratégia para eliminar a pornografia, a fraude e os *spams*, um grupo de *web-masters* chineses protestou que isso também violava direitos individuais. As autoridades anunciaram que mais de 130.000 *websites* haviam sido fechados durante a limpeza. Em janeiro de 2010, um jornal chinês publicou que indivíduos autônomos e *freelancers* que administravam negócios *on-line* haviam sido seriamente afetados pela medida¹⁷. Em fevereiro, a CIRIC recuou de certa forma ao anunciar que indivíduos poderiam novamente registrar domínios .cn, mas que todos os candidatos deveriam comparecer pessoalmente para confirmar seu registro, mostrar uma identidade oficial e entregar uma foto própria

junto com o pedido. Isso eliminava a possibilidade de registro anônimo de um domínio .cn e tornava mais fácil para as autoridades ameaçar ou intimidar operadores de *websites* quando aparecesse conteúdo “questionável”.

Desconexão e restrição localizadas: Em tempos de crise, quando o governo deseja assegurar que as pessoas não possam usar a Internet ou os telefones celulares para organizar protestos, as conexões são cortadas ou fortemente restringidas em locais específicos. O caso mais extremo ocorreu na província de Xinjiang, no extremo noroeste, uma região tradicionalmente muçulmana que faz fronteira com o Paquistão, o Kazaquistão e o Afeganistão. Após distúrbios étnicos que ocorreram em julho de 2009, a Internet foi suspensa em toda a província durante seis meses, juntamente com as mensagens de texto enviadas por celulares e o serviço de telefonia internacional. Ninguém em Xinjiang podia enviar *e-mail* ou acessar qualquer *website* – nacional ou estrangeiro. As pessoas que tinham negócios precisavam viajar até a província fronteira de Gansu para se comunicar com seus clientes. O acesso à Internet e ao serviço telefônico foi restaurado desde então, mas com sérias limitações no número de mensagens de texto que as pessoas podem enviar por dia a partir de seus telefones celulares, nenhum acesso a *websites* no exterior e um acesso muito limitado até mesmo a *websites* nacionais chineses. Os usuários da Internet residentes em Xinjiang somente podem acessar versões agudadas das notícias oficiais chinesas e de *sites* de informações, tendo sido desativadas muitas de suas funções, como a edição de *blogs* ou os comentários¹⁸.

Vigilância: A vigilância da Internet e dos usuários de telefones celulares é feita de diversos modos, o que contribui para uma atmosfera de autocensura. A vigilância permite às autoridades advertir e assediar usuários da Internet, seja por meio de comunicação eletrônica ou em pessoa, quando acusados de terem transgredido certos padrões. Detenção, apreensão ou

prisão de determinados indivíduos servem como um aviso efetivo para outros de que eles estão sendo vigiados. As técnicas de vigilância incluem:

Monitoramento “clássico”: Enquanto as medidas de vigilância são justificadas diante do público como medidas antiterrorismo, elas são amplamente usadas para identificar e acosar ou prender críticos pacíficos do regime. Os cybercafês – a opção mais barata e popular para estudantes e para os que possuem poucos recursos – são obrigados a monitorar seus usuários de múltiplas formas, incluindo registro de identidade ao entrar ao café ou ao fazer o login, câmeras de vigilância, e monitoramento dos programas instalados nos computadores.

“Cumprimento da lei”: Na China, onde o “crime” é definido de modo amplo para que os dissidentes políticos possam ser considerados criminosos, as empresas que operam no interior do país e os dados de usuários arquivados localmente podem facilmente se tornar cúmplices na vigilância e prisão de dissidentes políticos. O exemplo mais notório da incorreta aplicação e cumprimento da lei ocorreu quando os contratados locais do Yahoo de Pequim forneceram à polícia chinesa informações sobre a conta do ativista Wang Xiaoning, em 2002, e do jornalista Shi Tao, em 2004, o que levou ambos à prisão. Em 2006, o Skype se tornou parceiro de uma empresa chinesa para fornecer uma versão local de seu serviço de chamada telefônica via Internet, e, então, se viu usado pelas autoridades chinesas para localizar e registrar sessões de *chat* politicamente sensíveis de usuários dentro da China. O Skype delegou o cumprimento da lei a seu parceiro local sem prestar suficiente atenção ao modo pelo qual o cumprimento estava sendo efetivado¹⁹.

“Astroturfing” e alcance do público: Cada vez mais, o governo combina medidas de censura e de vigilância com esforços proativos de direcionar as conversas *on-line*. Em 2008, o

pesquisador David Bandurski, residente em Hong Kong, descobriu que ao menos 280.000 pessoas tinham sido contratadas em vários níveis do governo para trabalhar como “comentaristas *on-line*”. Conhecidas zombeteiramente na esfera dos *blogs* chineses como “partido de cinquenta centavos”, essas pessoas são pagas para escrever *posts* que mostrem seus empregadores de maneira favorável em salas de bate papo *on-line*, serviços de redes sociais, *blogs* e em seções de comentários de *sites* de notícias²⁰. Muitas outras pessoas – recrutadas nas listas de funcionários aposentados, assim como estudantes de colégio da Liga da Juventude Comunista que aspiram a se tornar membros do Partido – fazem trabalho similar como voluntárias. Essa abordagem é semelhante à tática conhecida na linguagem norte-americana como “astroturfing”, e, atualmente, usada em larga escala pelo mundo afora por empresas de publicidade comercial, empresas de relações públicas e campanhas eleitorais a fim de simular o entusiasmo de movimentos populares locais por um produto ou por um candidato. Em muitas províncias chinesas, é prática comum entre oficiais do governo – particularmente entre os de nível municipal e regional – cooptar e influenciar escritores independentes *on-line*, convidando-os a conferências especiais e a eventos de imprensa.

O governo central também adotou a estratégia de usar portais oficiais interativos e *blogs*, que são utilizados como evidências, tanto interna como externamente, de que a China está se tornando mais liberal. Em setembro de 2010, o PCC lançou um boletim *on-line* chamado “Direto a Zhongnan-hai”, por meio do qual o público era convidado a enviar mensagens aos principais líderes chineses. Desde 2008, o presidente Hu Jintao e o primeiro-ministro Wen Jiabao mantêm “conversas pela *web*” com “net-cidadãos” chineses. Em 2009, foi lançado um *site* oficial, “e-Parlamento”, no qual cidadãos são convidados a publicar sugestões de políticas para o Congresso Nacional do Povo. Um documento oficial de 2010 do governo lista vários modos pelos quais o governo chinês solicita comentários ou retornos do público por meio da Internet. Ele afirma: “De acordo

com uma pesquisa por amostragem, mais de 60% dos net-cidadãos possuem uma opinião positiva sobre o fato de o governo oferecer uma ampla margem ao papel da Internet na supervisão, e consideram essa uma manifestação da democracia socialista e do progresso da China”²¹.

Tudo isso vem ocorrendo no contexto de amplas políticas do governo chinês dirigidas à informação e ao controle de notícias. Em dezembro de 2009, o Comitê de Proteção aos Jornalistas apontou a China como o pior país do mundo no aprisionamento de jornalistas. Em um recente testemunho diante do Congresso dos Estados Unidos, Joshua Rosenzweig, da Fundação Dui Hua, apresentou uma série de estatísticas para dar apoio a uma triste conclusão:

Particularmente nos últimos dois anos e meio, mais ou menos desde o início de 2008, há um sentimento palpável de que o progresso anterior em direção ao império da lei na China foi paralisado, ou até mesmo de que sofreu uma inversão, e existem evidências crescentes de que uma repressão está a caminho, visando particularmente os membros de minorias étnicas, críticos do governo e defensores dos direitos.²²

Portanto, o discurso público *on-line*, de fato, está em expansão – com o alento do governo. O governo está criando e promovendo a impressão, tanto interna como externamente, de que a China está se movendo em direção a uma democracia mais ampla. Ao mesmo tempo, a capacidade do povo chinês de se engajar em sérias dissidências políticas ou de organizar movimentos políticos que possam ameaçar a legitimidade do PCC tem diminuído, e as consequências de se tentar tais atividades são mais lúgubres do que foram dez anos atrás.

O Autoritarismo em Rede além da China

Em seu livro mais recente – um levantamento sobre a censura e o controle da Internet em todo o mundo –, Ron Deibert e Rafal Rohozinski alertam que “o centro de gravidade das práticas que pre-

tendem gerenciar o espaço cibernético mudou sutilmente de políticas e práticas que pretendiam negar o acesso ao conteúdo para métodos que buscam normalizar o controle e o exercício do poder no espaço cibernético a partir de uma variedade de meios”. O presente artigo descreve uma série de meios pelos quais a China está perto de ser a vanguarda dessa tendência. Deibert e Rohozinski dividem as técnicas usadas pelos governos para a censura e o controle da Internet em três “gerações”. A “primeira geração” de técnicas foca-se no “estilo chinês” de filtragem e vigilância dos cybercafés. As técnicas de “segunda geração” incluem a construção de um ambiente legal para legitimar o controle da informação, as exigências informais das autoridades para que as empresas removam informação, fechamento técnico de *sites* e ataques a redes de computadores. A “terceira geração” de técnicas inclui a vigilância sem mandado, a criação de “zonas cibernéticas nacionais”, campanhas de informação financiadas pelo Estado e ação física direta para silenciar indivíduos ou grupos²³.

Enquanto Deibert e Rohozinski caracterizam os controles cibernéticos chineses como sendo amplamente da primeira geração, o governo chinês tem usado agressivamente todas as técnicas de segunda e de terceira gerações e vem fazendo isso há algum tempo. De fato, as técnicas de segunda e de terceira gerações são essenciais, dado que o Grande Firewall sozinho é ineficiente e permeável.

Deibert e Rohozinski apontam que vários governos, particularmente os da Rússia e de diversas antigas repúblicas soviéticas, ultrapassaram quase completamente a primeira geração de controles e estão, em vez disso, concentrando suas energias na segunda e na terceira gerações de controles, a maior parte das quais (com a chocante exceção da “ação física direta para calar indivíduos ou grupos”) é mais sutil, mais difícil de detectar e mais compatível com as instituições democráticas ou pseudodemocráticas. A linguagem russa da Internet, conhecida por seus cidadãos como “RUNET”, é, portanto, uma vanguarda das técnicas que visam controle *on-line* do discurso com pouca ou nenhuma filtragem direta²⁴.

Pesquisas no Oriente Médio e no norte da África revelam que, mesmo sendo a filtragem da Internet a técnica mais comum e penetrante naquela região, os governos vêm ampliando o uso das técnicas de segunda e de terceira gerações. Muitos governos na região esmagaram os dissidentes *on-line* por meio do uso engenhoso de medidas de segurança da família e de leis antiterrorismo. Ao mesmo tempo, eles têm feito investimentos substanciais na Internet e na infraestrutura de telecomunicações, reconhecendo que a conectividade é essencial para o sucesso econômico²⁵.

Alguns controles de segunda e de terceira gerações são também usados por governos democraticamente eleitos, incluindo os da Coreia do Sul e da Índia²⁶. A censura intermediária é implantada em uma série de sistemas políticos a fim de silenciar o discurso contra o regime, combater o crime ou proteger a infância. Responsabilizar o servidor de provedores vem se tornando cada vez mais popular entre os legisladores de todo o mundo, incluindo a Europa ocidental – onde os principais objetivos são combater o roubo de propriedade intelectual e proteger as crianças. Nos Estados Unidos, ativistas estão preocupados com o enfraquecimento do processo legal, que tem permitido o acesso do governo a redes que pertencem a empresas e são administradas por elas, tudo em nome do combate ao crime cibernético e da guerra cibernética. Mesmo o governo chinês tem adotado uma linguagem de segurança cibernética muito semelhante para justificar suas estruturas e procedimentos de controle da Internet. Deibert e Rohozinski estão certos em alertar que “muitos dos mecanismos legais que legitimam o controle do espaço cibernético e sua militarização são liderados pelos países democráticos avançados da Europa e da América do Norte”²⁷.

O autoritarismo chinês adaptou-se à era da Internet não apenas por meio da implantação de filtragem da Internet, mas também por meio do uso hábil da segunda e da terceira gerações de controles. A marca registrada chinesa do autoritarismo em rede

serve como modelo para outros regimes, tais como o do Irã, que procuram manter o poder e a legitimidade na era da Internet. Na Rússia e em outros lugares, existe uma tendência adicional perturbadora: governos fortes em democracias frágeis ou recentes estão usando os controles de segunda e de terceira gerações da Internet de forma a contribuir para erodir a democracia e deslizar de volta ao autoritarismo. Essa situação é possibilitada pelo frágil império da lei, pela falta de um judiciário independente, fracas garantias de liberdade de expressão e de outras proteções aos direitos humanos, forte ou pouco transparente regulamentação da indústria (particularmente a do setor de telecomunicações), e uma débil oposição política, que se torna ainda mais enfraquecida pela manipulação inteligente da mídia, do sistema legal e do sistema regulatório do comércio.

Está claro que simplesmente ajudar ativistas a contornar a primeira geração de censores e treiná-los no uso de novas tecnologias de ativismo digital sem também visar controles de segunda e de terceira gerações implantados por seus governos é insuficiente, e, às vezes, contraproducente e potencialmente perigoso para os indivíduos envolvidos. O frágil império da lei e a falta de *accountability* e de transparência na regulamentação de provedores de Internet e de redes de telecomunicações operadas por empresas privadas facilitam o uso dos controles de segunda e de terceira gerações, os quais representam uma grande ameaça para os ativistas. Portanto, o forte trabalho de apoio nos níveis político e legislativo, visando aperfeiçoar o império da lei, a transparência e a *accountability* – tanto no governo como no setor privado –, é mais importante do que nunca.

O ambiente de negócios e de regulamentação das telecomunicações e dos serviços de Internet deve se tornar um novo e importante foco do ativismo e da política dos direitos humanos. O discurso político livre e democrático requer que a regulação e as políticas de Internet sejam transparentes, confiáveis e abertas à reforma, tanto por cortes independentes como pelo sistema político. Sem tais condições

básicas, os movimentos de oposição, de dissidência e de reforma enfrentarão batalhas cada vez mais difíceis contra formas progressivamente inovadoras de censura e de vigilância.

NOTAS

1. Hillary Rodham Clinton. “Remarks on Internet Freedom”, Washington, D.C., 21 de janeiro de 2010. Disponível em: www.state.gov/secretary/rm/2010/01/135519.htm.

2. “Chinese State Security Arrests, Indictments Doubled in 2008”, *Dui Hua Human Rights Journal*, 25 de março de 2009. Disponível em: www.duihua.org/hrjournal/2009/03/chinese-state-security-arrests.html.

3. Larry Diamond. “Liberation Technology”, *Journal of Democracy* 21 (July 2010): 82.

4. Lokman Tsui. “The Great Firewall as Iron Curtain 2.0: The Implications of China’s Internet Most Dominant Metaphor for U.S. Foreign Policy”, trabalho apresentado no Sixth Annual Chinese Internet Research Conference, Hong Kong University, 13–14 de junho de 2008. Disponível em: http://jmsc.hku.hk/blogs/circ/files/2008/06/tsui_lokman.pdf.

5. Guobin Yang. *The Power of the Internet in China: Citizen Activism Online* (New York: Columbia University Press, 2009), 213.

6. Jack Linchuan Qiu. *Working-Class Network Society: Communication Technology and the Information Have-Less in Urban China* (Cambridge: MIT Press, 2009), 243.

7. Yongnian Zheng. *Technological Empowerment: The Internet, State, and Society in China* (Stanford: Stanford University Press, 2008), 164–65.

8. Nicholas D. Kristof. “Death by a Thousand Blogs”, *New York Times*, 24 de maio de 2005. Disponível em: www.nytimes.com/2005/05/24/opinion/24kristoff.html.

9. Baogang He e Mark Warren. “Authoritarian Deliberation: The Deliberative Turn in Chinese Political Development”, Annual Meeting of the American Political Science Association, Boston, 28–31 de agosto de 2008; a ser publicado em *Perspectives on Politics*, junho de 2011.

10. Min Jiang. “Authoritarian Deliberation on Chinese Internet”, *Electronic Journal of Communication* 20 (2010). Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1439354.

11. Rebecca MacKinnon. “Chinese Internet Research Conference: Getting Beyond ‘Iron Curtain 2.0’”, *RConversation*, 18 de junho de 2008. Disponível em: <http://rconversation.blogs.com/rconversation/2008/06/chinese-inter-1.html>.

12. “The Internet in China”, Information Office of the State Council of the People’s Republic of China (SCIO), 8 de junho de 2010. Disponível em: http://china.org.cn/government/whitepaper/node_7093508.htm.

13. Robert McManus. “Chinese Premier Talks Up Internet of Things”, *Read-WriteWeb*, 19 de janeiro de 2010. Disponível em: www.readwriteweb.com/archives/chinese_premier_inter-net_of_things.php

14. Jonathan Ansfield. “China Tests New Controls on Twitter-Style Services”, *New York Times*, 16 de julho de 2010. Disponível em: www.nytimes.com/2010/07/17/world/asia/17beijing.html. O texto completo do relatório em chinês (excluído pelos censores da fonte original) foi reproduzido pela Radio France Internationale em www.chinese.rfi.fr.

15. Xiao Qiang. “Baidu’s Internal Monitoring and Censorship Document Leaked”, *China Digital Times*, 30 de abril de 2009. Disponível em: <http://chinadigitaltimes.net/2009/04/baidus-internal-monitoring-and-censorship-document-leaked/>.

16. Owen Fletcher. “China Clamps Down on Internet Ahead of 60th Anniversary”, IDG News Service, 25 de setembro de 2009. Disponível em: www.pcworld.com/article/172627/china_clamps_down_on_internet_ahead_of_60th_anniversary.html; e Oiwan Lam. “China: Blue Dam Activated”, *Global Voices Advocacy*, 13 de setembro de 2009. Disponível em: <http://advocacy.globalvoicesonline.org/2009/09/13/china-blue-dam-activated>

17. Oiwan Lam. “China: More than 100 Thousand Websites Shut Down”, *Global Voices Advocacy*, 3 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://advocacy.globalvoicesonline.org/2010/02/03/china-more-than-100-thousand-websites-shutdown>

18. Josh Karamay, “Blogger Describes Xinjiang as an ‘Internet Prison’”, BBC News, 3 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/8492224.stm>.

19. Nart Villeneuve. “Breaching Trust: An Analysis of Surveillance and Security Practices on China’s TOM-Skype Platform”, Open Net Initiative and Information Warfare Monitor, October 2008. Disponível em: www.nartv.org/mirror/breachingtrust.pdf.

20. David Bandurski. “China’s Guerilla War for the Web”, *Far Eastern Economic Review*, July 2008.

21. SCIO. “The Internet in China”.

22. Joshua Rosenzweig. “Political Prisoners in China: Trends and Implications for U.S. Policy”, Depoimento à Comissão Executivo-Legislativa sobre China, 3 de agosto de 2010. Disponível em: www.cecc.gov/pages/hearings/2010/20100803/statement5.php.

23. Ronald Deibert e Rafal Rohozinski. “Control and Subversion in Russian Cyber- space”, In: Ronald Deibert et al. (eds.), *Access Controlled: The Shaping of Power, Rights, and Rule in Cyberspace* (Cambridge: MIT Press, 2010), 23.

24. Deibert e Rohozinski. “Control and Subversion in Russian Cyberspace”, In: *Access Controlled*, 15–34.

25. “MENA Overview”, *Access Controlled*, 523–35.

26. Michael Fitzpatrick, “South Korea Wants to Gag the Noisy Internet Rabble”, *Guardian.co.uk*, 9 October 2008. Disponível em: www.guardian.co.uk/technology/2008/oct/09/news.internet; e John Ribeiro, “India’s New IT Law Increases Surveillance Powers”, IDG News Service, 27 de outubro de 2009. Disponível em: www.networkworld.com/news/2009/102709-indias-new-it-law-increases.html.

27. Deibert e Rohozinski, “Beyond Denial: Introducing Next-Generation Information Access Controls”, 6.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx)

[PublicacoesAmericaLatina.aspx](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx)

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx)

[PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx)

Meios de comunicação e Democracia:

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion)

[aspx#MediosComunicacion](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion)

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

[desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>